

Educação: PDE poderia ser mais focado



Na trilha do lançamento do PAC, o governo acaba de anunciar com toda a pompa e circunstância o PDE — Plano de Desenvolvimento da Educação — que, segundo o presidente Lula, representa “o início de um novo século da educação no Brasil”. Embora o PDE contenha muitas iniciativas positivas, muitas delas aproveitadas de governos anteriores, parece faltar-lhe foco para atacar os problemas substantivos do atraso educacional brasileiro. Com isso, gera-se dispersão e menor eficiência e eficácia no uso de recursos públicos.

A desigualdade educacional alinha-se à desigualdade de renda. Os mais pobres são os menos educados. A contribuição da educação para o aumento da renda pessoal é fato documentado em vários trabalhos aqui e no exterior. Segundo estudo do Banco Mundial, publicado em 2003, a educação explicava 30% do diferencial de desigualdade de renda observado entre o Brasil e os Estados Unidos. Ademais, o peso dos aspectos educacionais na desigualdade é ainda maior, considerando-se que o elevado “gap” entre as remunerações

do trabalho qualificado e do não-qualificado é outro importante elemento de explicação para a excessiva concentração da renda em nosso país.

Por outro lado, também há evidências sólidas de que o impacto positivo de anos adicionais de escola sobre a renda é proporcionalmente maior na educação básica do que na educação superior. Neste espaço, o economista Marcelo Neri assinalou que o gasto com educação fundamental tem 22,5 vezes mais capacidade de chegar aos mais pobres do que a despesa com o ensino universitário.

Ainda assim, no Brasil, historicamente, o governo teima gastar proporcionalmente mais com o ensino universitário do que com o fundamental. Muitas vezes em economia, como lembra o ganhador do prêmio Nobel Ronald Coase, o difícil é convencer as autoridades com argumentos que são verdades óbvias até para os mais leigos. Esse parece ser o caso quando se trata da alocação de recursos orçamentários em educação no Brasil.

O governo FHC procurou modificar essa tendência. Várias ações foram implementadas com vistas a universalizar a educação básica, buscando matricular todas as crianças no ensino básico e atacar o crônico problema da evasão escolar. Os resultados em termos quantitativos foram animadores, mas persistiu sem solução o problema da baixa qualidade de ensino público no país, quando comparado com os padrões internacio-

nais e com as melhores escolas privadas brasileiras. Prova disso são os números recém divulgados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que mostram apenas 33 das 4.350 cidades brasileiras responsáveis pelo ensino até a 4ª série com um nível considerado satisfatório pelo Ministério da Educação. De qualquer modo, a expansão das matrículas tratou-se de um valioso primeiro passo, cujos resultados positivos refletiram-se nos indicadores de desigualdade de renda, que têm observado melhora nos últimos anos.

As ações do PDE voltadas para o ensino fundamental podem contribuir para a redução das desigualdades e o aumento da taxa de crescimento da economia

Esperava-se do governo Lula a continuação e o aprofundamento dessa tendência pró-investimento em educação básica. Porém, não foi isso o que ocorreu. Durante o primeiro mandato de Lula, não obstante a permanência de algumas iniciativas do governo anterior, percebeu-se claramente uma reversão do foco para o ensino superior, inclusive com o patrocínio de iniciativas como a de espalhar universidades públicas Brasil a fora.

Agora, o desenho das medidas do anunciado PDE confirma, de certa maneira, essa

reversão. Entre suas intenções, há o propósito de dobrar as vagas nas universidades públicas em dez anos, com financiamento exclusivamente orçamentário. O objetivo de aumentar as vagas e a qualidade do ensino superior não merece reparo. Porém, a manutenção da estrutura atual de financiamento do ensino superior, no contexto de carência de recursos orçamentários para fazer frente a inúmeros desafios, é uma falha grave que limita a própria atuação do governo em outros segmentos da educação. Nada será feito, por exemplo, com relação à gratuidade das universidades públicas que beneficia, como regra geral, alunos bem fornidos de recursos em detrimento de jovens oriundos das camadas mais pobres da população que, paradoxalmente, pagam pelo ensino universitário em instituições privadas, isso quando podem ter acesso a elas. No ensino superior, ao contrário do ensino básico, os benefícios privados superam os benefícios sociais, o que recomendaria a adoção de estratégias de financiamento do ensino e não de gratuidade absoluta.

Por sua vez, quanto ao ensino técnico, é correto o diagnóstico que aponta a necessidade de sua expansão no Brasil, como instrumento de desenvolvimento econômico. No entanto, nesse campo é possível contar com recursos privados, o que sugere que a pretendida criação, no bojo do PDE, de 150 escolas técnicas federais, pode não ser o melhor emprego de recursos públicos.

Com relação especificamente às medidas do PDE relativas ao ensino básico, como salientamos anteriormente, há várias iniciativas louváveis, como aquelas relativas à melhora das condições físicas das escolas, inclusive no que diz respeito à disseminação dos meios informáticos. Há também ações destinadas à valorização do professor, tanto no que diz respeito à sua remuneração quanto à sua formação. Nesse caso, porém, até onde se percebe das informações oficiais sobre o programa, parece faltar ao PDE mecanismo de incentivo que associe a remuneração do professor ao seu desempenho e formação. Por outro lado, a fixação de metas para que o Brasil atinja em quinze anos, no ensino fundamental, o mesmo nível qualitativo dos países da OCDE, é um aspecto elogiável do programa.

De qualquer modo, embora padeça do defeito de sobrevalorizar o papel do financiamento público no ensino superior, as ações do PDE voltadas para o ensino fundamental são positivas e podem contribuir para a redução das desigualdades sociais e o aumento da taxa de crescimento da economia.

Gustavo Loyola, doutor em economia pela EPGE/FGV, ex-presidente do Banco Central do Brasil, é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gloyola@tendencias.com.br